

## TERMO DE REFERÊNCIA

PMSPA  
Proc N° 560/24  
Folha N° 1028  
Rub

### **1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).**

O presente **TERMO DE REFERÊNCIA** foi elaborado em acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e estabelece os requisitos básicos para orientar os procedimentos administrativos, visando à abertura de procedimento administrativo destinado à aquisição Gêneros Alimentícios para atender a demanda e necessidade dos Dispositivos da Secretaria de Saúde do Município de São Pedro da Aldeia/RJ, conforme características indicadas neste Termo de Referência.

Cumpre salientar que os itens que se pretende contratar por meio deste Termo de Referência se enquadram na categoria comum, na forma do Decreto Municipal nº 97, de 15 de junho de 2022.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

A Secretaria Municipal de Saúde vem trabalhando de forma racional e persistente a obtenção do melhor emprego de seus recursos, visando atingir a eficácia e eficiência de suas ações. Sendo assim a contratação do objeto do presente TR se faz fundamental, pois visa diminuir o impacto tendo em vista falecimento do único responsável pela empresa AGS DOS LAGOS COM. E SERVIÇOS EIRELI, que possuía conosco o Contrato de Adesão nº 26/2023, cujo objeto é, justamente, o fornecimento de gêneros alimentícios, sendo certo que suas atividades estão temporariamente suspensas conforme e-mails de contato em anexo.

Assim, tendo em vista que é dever do estado providenciar todo e qualquer suporte a vida e saúde dos pacientes tutelados sob sua responsabilidade, os municípios de São Pedro da Aldeia são de responsabilidade, e prioridade, da Secretaria Municipal de Saúde, tornando tal contratação imperiosa para manutenção de uma saúde pública de qualidade.

Desta forma, justifica-se a essencialidade e o interesse público na referida aquisição e encaminha-se solicitando a contratação direta.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).**

As quantidades solicitadas tem como base a utilização mensal e anual de cada Dispositivo Solicitante. Cada unidade realizou levantamento da quantidade necessária de cada item, e o quantitativo final de cada item foi baseado no somatório das quantidades necessárias de cada dispositivo, conforme segue em anexo.

### **4. DO VALOR INICIAL ESTIMADO**

O valor inicial estimado para a presente contratação é R\$ 701.761,96 (setecentos e um mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos) conforme se verifica através das pesquisas de mercado constantes nos autos do processo em epígrafe, realizada mediante utilização da plataforma Banco de Preços.

#### 5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O instrumento oriundo deste Termo de Referência terá vigência de 12 meses, sendo a ARP (Ata de Registro de Preço), contado da data de sua publicação e os contratos a partir do recebimento da primeira ORDEM DE FORNECIMENTO emitida pelo Contratante.

Os prazos de vigência poderão ser aditados na forma do artigo 105 e seguintes, para fins de contrato e do artigo 84, para fins de Ata de Registro de Preços, ambos da Lei 14.133/2021

#### 6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Os alimentos deverão ser alocados em local adequado que impeça a sua deterioração até o momento do seu uso. As entregas serão feitas, em regra, semanalmente, conforme solicitação dos Dispositivos Requisitantes, com exceção do NEPS, que poderá requisitar os itens em até 2 (duas) vezes na semana. Cada dispositivo será responsável pelo seu devido armazenamento.

O prazo de validade dos bens ofertados deverá ser equivalente a pelo menos 2/3 (dois terços) do prazo de validade total. Entretanto, em casos específicos, poderão ser aceitos pela unidade solicitante, entregas de alimentos com prazo de validade inferior, conforme cada caso avaliado, o que dependerá do alimento solicitado, da posição de estoque, do quantitativo a ser entregue, bem como do consumo do mesmo e desde que previamente solicitado pelo fornecedor, devendo as razões do recebimento em prazo de validade diverso serem descritas em justificativa e acostadas aos autos do processo.

O fornecimento será efetuado gradativamente, de acordo com a necessidade do dispositivo requisitante, pelo período de 12 MESES, com prazo de entrega não superior a 07 (sete) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

Os Gêneros Alimentícios deverão ser entregues de forma **parcelada** nos locais definidos pelos dispositivos requisitantes, a saber:

Os itens destinados à Residência Terapêutica, deverão ser entregues na Rua Assis Brasil nº 34 – Centro, São Pedro da Aldeia - RJ, no horário das 08h às 17h;

Os itens destinados à CAPS (centro de apoio psicossocial), deverão ser entregues na Rua Waldir Lobo S/N – Morro dos Milagres, São Pedro da Aldeia - RJ, no horário das 08h às 17h;

Os itens destinados à CAPSi (centro de apoio psicossocial infante juvenil), deverão ser entregues na Rua São



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSPA/SESAU  
Proc. nº 560/2024  
Folha nº 920  
Rub. *[assinatura]*

PMSPA  
Proc. N° 560/24  
Folha N 3030  
Rub. *[assinatura]*

Pedro – nº 36 - Estação, São Pedro da Aldeia - RJ, no horário das 08h às 17h;

Os itens destinados ao **Núcleo de Educação Permanente (NEPS)**, deverão ser entregues na Rua Marques da Cruz, 122, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ, no horário das 08h às 17h;

Os itens destinados ao **Transporte** deverão ser entregues no imóvel que abriga o **Transporte Fora do Domicílio (TFD)**, situado na R. Antonio Benedito Siqueira, 387- Centro, São Pedro da Aldeia/RJ, no horário das 08h às 17h. Os bens de consumo perecíveis serão entregues conforme solicitação.

Os serviços contratados serão prestados na forma, dia, horário e local dispostos na Ordem de Serviço, estas que serão emitidas conforme as necessidades desta Secretaria Municipal de Saúde.

O controle quanto ao cumprimento do prazo de entrega por parte da Contratada ficará sob a responsabilidade das unidades solicitantes desta Secretaria Municipal de Saúde, que deverá informar a Direção do Fundo Municipal de Saúde os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

O objeto deverá ser fornecido em conformidade com a descrição, a quantidade estabelecida neste Termo de Referência, bem como, deverá ser compatível com a marca indicada na proposta, não sendo aceito similares aos indicados neste Termo de Referência.

Os serviços prestados pela Contratada serão conferidos pelo órgão requisitante, que verificará sua conformidade, no que diz respeito à quantidade, qualidade, bem como demais especificações constantes neste Termo de Referência.

O objeto entregue em desconformidade no que diz respeito à quantidade, qualidade ou demais especificações constantes neste Termo de Referência não serão recebidos, ficando a contratada, neste caso, obrigada a promover a regularização da inconformidade no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a constatação do fato que deverá ser registrado no livro de ocorrência.

Não serão aceitos objetos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado aos administrados, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal n.º 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

Os proponentes deverão atender à RDC nº 430/2020 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e demais normas correlatas que venham a ser editadas.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Saúde, especificamente designado para tal.

Os serviços prestados deverão ser acompanhados das competentes notas fiscais, em três vias, bem como cópia do empenho, discriminação dos objetos de acordo com empenho e os dados bancários para pagamento: BANCO/AGENCIA/CONTA CORRENTE;

Nas notas fiscais deverá constar o número do contrato e/ou da Nota de Empenho, o serviço, o valor unitário, a

quantidade, o valor total, e a informação de que os serviços serão prestados em favor da Secretaria Municipal de Saúde;

A Contratada, quando não cumprir os prazos e parâmetros estipulados para prestação do serviço objeto da licitação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- a) Executar o objeto desta contratação de acordo com os padrões de qualidade aceitáveis, e em conformidade com as especificações exigidas e constantes neste Termo de Referência, bem como com as propostas apresentadas;
- b) Executar o contrato na forma estabelecida por este termo de referência;
- c) Colocar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde – SESAU, todas as informações acerca da execução do contrato, inclusive com elaboração de laudo, quando solicitado;
- d) Disponibilizar os materiais, equipamentos e pessoal necessários à execução do contrato;
- e) Apresentar os seus profissionais devidamente uniformizados, providos dos equipamentos de Proteção Individual - EPI's, obedecendo aos parâmetros da Norma Regulamentadora;
- f) Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;
- g) Manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes, inclusive GFIP com informações do tomador de serviço, GPS e GRF mensais conforme disposto na IN RFB nº 971/09, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação;
- h) Informar à Secretaria Municipal de Saúde – SESAU, eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.
- i) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021;
- j) Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados



por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).

- k) Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato;
- l) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.
- m) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

#### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Contrante obriga-se a:

- a) Requisitar a prestação dos fornecimento, na forma prevista neste Termo de Referência;
- b) Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- c) Efetuar o pagamento por ordem de fornecimento executada;
- d) Verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada;
- e) Aplicar penalidades ao prestador de fornecimento, por descumprimento contratual;

#### 9. VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO:

Para fins de verificação da conformidade, o objeto entregue será recebido na forma que segue:

- a) **Provisoriamente** – no ato da prestação do fornecimento pela Contratada, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência.
- b) **Definitivamente** – no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, para verificação da qualidade do fornecimento executados, com consequente aceitação, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Contratada de reparar eventuais irregularidades constatadas posteriormente.

#### 10. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### 11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Ficha:	2408
	1205
	1274
Fonte:	1500/1002
	1500/1002
	1600
Programa de Trabalho:	10.301.061.2.177
	10.301.058.2.409
	10.302.056.2.417
Elemento:	33.90.30.99.00

#### 12. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias após a verificação definitiva do cumprimento do contrato, desde que não haja fator impeditivo por parte da contratada.

O pagamento será efetuado através de ordem bancária, devendo a contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a contratada deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS, bem como do DRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de fornecimento, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.



**PMSPA**  
Proc. N° 560/24  
Folha N° 1034  
Rub. 3

O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura, apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

---

**13. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021))**

---

Conforme inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021), segue documentos necessários para a contratação do objeto.

Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o(s) objeto(s) do(s) lote(s) arrematado(s). Este documento é necessário para verificar aspectos legais e capacitações técnicas de uma empresa, comprovando a execução anterior do serviço.

Não serão considerados os atestados que tenham sido emitidos ou terceirizados da pessoa jurídica que não atendam ao acima disposto. A contratação deve conter as normas de sustentabilidade.

Administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

As especificações dos itens encontram-se em anexo deste documento. Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); produtos acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável, nos termos da ABNT NBR 13230:1997 e ABNT NBR 15448-1:2008 e 15448-2:2008

---

**14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

---

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples

apostila.

A fiscalização da execução do objeto contratado caberá a comissão designada por ato da Secretária Municipal de Saúde. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Demais atos de gestão e fiscalização do contrato deverão observar as normas municipais pertinentes e, na ausência destas, a normativa federal.

---

## **15. DAS PENALIDADES:**



Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" observará os seguintes parâmetros:

- 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "c", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplimento parcial da obrigação assumida;
- 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e
- 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato. (QUANDO FOR O CASO)
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSPA/SESAU  
Proc. nº 560/2024  
Folha nº 3037  
Rub. 2

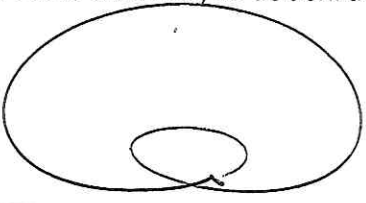
São Pedro da Aldeia, 12 de abril de 2024,

Elaborado por:

  
**Manuela Alves**  
Adm. Sec. de Saúde  
Matr.: 43035

Manuela Alves

Mat..43.035



**Geraldo Lopes Vieira**

Secretário Adjunto de Saúde

Mat. 37.879

APROVADO POR:

  
**Maria Márcia Sampaio Fontes**  
Secretária Municipal de Saúde  
Mat. 37.877